

O POVO PEDE O MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO

18 JUN 1987

Em grande maioria — acima de 95% — os entrevistados na pesquisa promovida pelo *Jornal da Tarde*, Adea e Sigma Dataserv querem garantias constitucionais de um ambiente equilibrado.

Os brasileiros querem garantias constitucionais que lhes assegurem um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado. É a primeira conclusão dos resultados apresentados até agora pela consulta popular sobre Constituição e Meio Ambiente, promovida pelo *Jornal da Tarde*, Associação de Defesa e Educação Ambiental e Sigma Dataserv, em São Paulo e Curitiba — mas com respostas de praticamente todo País.

Das 1.723 respostas computadas até agora, 97,60% pedem um capítulo especial para tratar as questões do meio ambiente na nova Constituição. E quase 99% querem ver garantido na nova Constituição o direito ao meio ambiente sadio e equilibrado. Para assegurar esses objetivos, os consultados — que representam mais de 40 municípios brasileiros — querem a definição das ações ecológicas do crime (95,26%) e a obrigação legal, ao infrator, de pagar pelos danos (97,08%).

Apesar de exigir um capítulo específico na nova Constituição, que trate com rigor as questões do meio ambiente, a opinião dos consultados divide-se quando se trata de definir a quem cabe, em primeiro lugar, a responsabilidade pela proteção ao meio ambiente. Pouco menos da metade (49,09%), considera ser esta uma função do Estado. Mas um número significativo revela um grau elevado de desconfiança da responsabilidade do Estado, e considera que a tarefa cabe, mesmo, a cada um.

Esta escolha traduz, realmente, um descredido, e não são poucos os consultados que manifestam explicitamente “a falta de confiança no governo para cuidar do assunto”. Mas, de todo modo, a maioria deseja garantias legais para proteger a ecologia. Neste sentido, ganha maior importância o parágrafo do artigo primeiro do capítulo proposto pela Comissão da Ordem Social

sobre o meio ambiente, que assegura acesso direto e gratuito “a qualquer um do povo” a ações civis públicas visando à proteção da natureza.

Os entrevistados

Na pesquisa predominam, até agora, entrevistados da faixa dos 21 aos 40 anos, com nível superior de instrução e renda acima de cinco salários mínimos. Mas o percentual de população de rendas mais baixas que participa da consulta é significativo: 22,46%. As diferenças de renda e níveis de instrução não alteram a visível unanimidade das respostas em questões sobre a importância do meio ambiente, tanto no cotidiano quanto para o futuro.

Mais de 98% das pessoas consultadas manifestam essa preocupação e dividem sua opinião sobre o modo como as infrações ao meio ambiente afetam a vida de cada um. As respostas estão polarizadas em torno de questões vitais como saúde e alimentação (48,78%) e segurança no futuro (39,3%), restando pouco espaço, ainda, para questões relativas a lazer e bem-estar.

O importante, nestes primeiros resultados parciais, é a clara manifestação da população identificando os problemas não apenas pelo seu resultado aparente ou mais próximo. Por isso, enquanto 31% apontam a poluição como a conseqüência que mais diretamente incide sobre a vida das pessoas, um número representativo aponta o desmatamento sem controle e o uso indiscriminado de agrotóxicos como problemas imediatos. E não falta quem alerte para o perigo das usinas nucleares que, para quase 7% dos entrevistados — certamente com os olhos voltados para o futuro —, é o problema relacionado a meio ambiente que mais ameaças traz à vida.